



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 10:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 1949/12– PC N.º 358/12 – DEOLINDA RODRIGUES JERÓNIMO
2. REQ. N.º 27/13– PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARIANO PEGO
3. REQ. N.º 2104/12– PC N.º 131/10 – ANTÓNIO FRANCO LOURENÇO LINO
4. REQ. N.º 1906/12 – PC N.º 311/12 – FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DE VIEIRA DE LEIRIA
5. REQ. N.º 2057/12– PC N.º 209/12 – E.I.B.-EMPRESA IND.DE BORRACHA, S.A.
6. REQ. N.º 2056/12– PC N.º 345/2012 – E.I.B.-EMPRESA IND.DE BORRACHA, S.A.

7. REQ. N.º 84/13– PC N.º 22/13 – LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A..
8. REQ. N.º 83/13– PC N.º 21/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A..
9. REQUERIMENTO DE OLINDA VAREDA DE JESUS PEDROSO MARTINS - PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM VÁRZEA - REGIME DAS AUGI – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL
10. RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.
11. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO - RUA DA ESCOLA DA AMIEIRINHA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIAÇÃO E DEFERIMENTO.
12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA MOITA
13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA
14. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE
15. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE CINCO PRÉDIOS, SITOS NA RUA DA FOZ, EM VIEIRA DE LEIRIA
16. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.
17. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL. MANDATO DISCRIMINADO.

18. **ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**
19. **EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**
20. **EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**
21. **RECEÇÃO PROVISÓRIA**
22. **RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DA REABILITAÇÃO DA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE**
23. **PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA” – CONCURSO PÚBLICO N.º 06/2010-DEEM”**
24. **PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 26.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2012.**
25. **PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013.**
26. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.**
27. **ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.**
28. **REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2 - JARDIM CENTRAL - CP 01/12 - DOEM - RATIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS TRABALHOS**
29. **REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2 - JARDIM CENTRAL - CP 01/12 - DOEM - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO**
30. **REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE – CP 05/2010 – TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO**

**31. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA  
MARINHA GRANDE – CP 05/2010 - DOEM – APROVAÇÃO DO PLANO DE  
TRABALHOS**

**32. RELATÓRIO FINAL DO PROJETO GAM**

**33. RESUMO DE TESOURARIA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A presente reunião iniciou-se às 10:30 horas, altura em que os Srs. Vereadores Dr. Alberto Cascalho e Dr. Vítor Pereira chegaram, em virtude de terem ido receber o Deputado do PCP Bruno Dias, que se encontrava de visita ao concelho, para fazer um levantamento da intempérie que ocorreu no passado fim de semana.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de cinco processos de obras particulares, que identificou, o que foi por todos aceite, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.
- A propósito do mau tempo, o **Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho** perguntou o seguinte:
  - ⇒ se já há um balanço dos prejuízos causados, uma vez que para além dos danos particulares também o preocupa o setor produtivo, pois algumas empresas ainda não têm energia elétrica;
  - ⇒ que medidas foram tomadas e quais as que estão pensadas em termos de Proteção Civil.

- O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Mau tempo - uma vez que a Câmara esteve no terreno, propõe que seja criado um gabinete de apoio ao munícipe para estas situações, com caráter temporário, com apoio jurídico, que apoiasse as famílias e as empresas, nomeadamente em termos de seguros;
  - ⇒ Parecer jurídico – achou estranha a entrevista do Sr, Presidente ao Jornal da Marinha, ao referir que a Câmara encomendou o parecer jurídico a pedido da oposição, que não teria aceite outros pareceres, quando isto não é verdade. A verdade é que nós tivemos algumas dúvidas, que são legítimas, e que pretendíamos ver esclarecidas.
  
- A **Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Dengucho** abordou os seguintes assuntos:
  - ⇒ Mau tempo – também quis manifestar a sua preocupação pela tragédia que assolou o nosso concelho e pediu ao executivo permanente que apresente um balanço tanto quanto possível daquilo que foi feito no terreno e de quais as medidas que tomou ou vai tomar para apoiar e minorar os prejuízos causados;
  - ⇒ Parecer jurídico – também ficou surpreendida com a afirmação de que o parecer tinha sido uma exigência da oposição, quando isso não é verdade. Não esteve na reunião, mas durante a sua presença não assistiu a qualquer exigência deste tipo, e o facto de haver este parecer não escuda a Câmara de que haja qualquer problema, pois a lei não é matemática, é português, e interpreta-se como se pretende. A verdade é que as dúvidas persistem, apesar da existência de um instrumento jurídico que tem o valor que tem, e o ónus dessa despesa não pode ser imputado à oposição porque não o exigiu.
  
- O **Sr. Vereador Dr. António Santos** referiu que partilha o que foi dito pela CDU sobre a preocupação com os prejuízos da intempérie e sobre a nota de imprensa divulgada pelo Jornal da Marinha.
  
- O **Sr. Presidente** esclareceu o seguinte:
  - ⇒ Mau tempo – a principal dificuldade foi o facto de não haver comunicações. As operações foram centralizadas nos estaleiros, e logo que tivemos meios viemos com as máquinas para a rua, e foram os técnicos da Proteção Civil, trabalhadores voluntários da Câmara e os Bombeiros que puseram as estradas transitáveis no próprio sábado. No domingo convocamos mais gente e as principais estradas estavam desimpedidas. Da AFN - Autoridade Florestal Nacional não houve qualquer

colaboração. Vieram à Câmara mas a sua preocupação eram os prejuízos com a sua madeira. Fomos apoiados pela EDP de Leiria, que colaborou com a Câmara e foi reparando à medida do que era possível, pelo que em termos de alta e média tensão as situações estarão mais ou menos resolvidas. A baixa tensão vai agora começar a ser resolvida. No que se refere aos nossos prejuízos, já estamos a fazer o levantamento nas escolas e noutras instalações e já fizemos uma nota à companhia de seguros a dar conta de que brevemente iremos apresentar a relação dos prejuízos.

Nesta situação o gabinete de apoio ao munícipe está centralizado no gabinete do Presidente da Câmara, estando a secretária do Vice-Presidente a recolher todas as ocorrências. Em termos jurídicos vamos disponibilizar o aconselhamento possível.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** esclareceu ainda que na véspera, quando foi dado o alerta de mau tempo, deixamos logo as máquinas preparadas e os motoristas e a Proteção Civil em alerta. As debilidades verificadas ficam a dever-se à falta de energia elétrica, que ocasionou a falta de água na Vieira e na Moita. Na Marinha Grande houve apenas falta de pressão. Neste momento a energia está reposta nos aglomerados, mas como as instalações estão debilitadas poderão ocorrer algumas interrupções momentâneas. Os trabalhadores estão no terreno a fazer o levantamento, tanto nas escolas como da sinalização e sinalética, que vai sendo reposta.

O **Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira** referiu que a Câmara, em termos de Proteção Civil, deverá dispor de um plano para estas situações, uma vez que não basta o voluntarismo do executivo.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida entre as 11:10 horas e as 11:45 horas, para um breve intervalo.

Durante este intervalo o Sr. Presidente ausentou-se, para ser entrevistado por uma televisão que se encontrava em reportagem no concelho, só tendo regressado à reunião pelas 12:30 horas, quando se iniciava a discussão e votação do ponto 21 da ordem do dia.

Na sua ausência foi substituído pelo Vice-Presidente, Sr. Paulo Vicente.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 1949/12– PC N.º 358/12 – DEOLINDA RODRIGUES JERÓNIMO**

**23** - Presente processo de licenciamento em nome de Deolinda Rodrigues Jerónimo para a alteração de um edifício destinado a armazém sito na Estrada do Fagundo, na freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo antecedente, com o n.º 188/1988, para construção de armazém, a que corresponde o alvará de licença de construção n.º 1276, emitido a 18 de outubro de 1988;  
Presente informação técnica, datada de 7/01/2013, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de merecer aprovação;

**Após análise do pedido e da informação técnica de 7/01/2013, com a qual concordou, a Câmara Municipal deliberou deferi-lo, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação atual;**
- 2. Executar a totalidade dos trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**2 - REQ. N.º 27/13– PC N.º 276/12 – ALBERTO CARLOS MARIANO PEGO**

**24** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Ampliação/Alteração da Fração A*” de um edifício habitacional existente, sito na Rua das Amoreiras, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara Municipal realizada em 13/12/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços datada de 17/01/2013, que atestam estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

1. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários deverá ser executada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual - RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do art. 94.º do regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil a levar a efeito nas praias do Concelho, ficam suspensas entre o dia 1 de Julho e 31 de Agosto.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **3 - REQ. N.º 2104/12— PC N.º 131/10 — ANTÓNIO FRANCO LOURENÇO LINO**

25 - Presente pedido de licenciamento relativo à alteração de estabelecimento de restauração e bebidas, em prédio urbano situado na Rua da Azambuja, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara Municipal realizada em 27/01/2011.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 17/01/2013 que atestam estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Cumprimento das exigências expressas no parecer da Autoridade de Saúde, transcritas no Ofício nº 70/11, notificado ao requerente em de 28/01/2011;
2. Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos do Artº 10º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande;
5. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### 4 - REQ. N.º 1906/12 – PC N.º 311/12 – FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DE VIEIRA DE LEIRIA

**26** - Presente pedido de legalização do Centro Cultural e Paroquial da Passagem, apresentado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Vieira de Leiria, a levar a efeito no edifício

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

localizado no Largo Nossa Sra. da Ajuda, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande.

Presentes projetos de arquitetura e das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presentes informações técnicas dos serviços, datadas de 28/12/2012 e de 22/10/2012 que atestam respetivamente estarem os projetos de arquitetura e das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Presente parecer favorável da Autoridade Nacional de Proteção Civil, datado de 18/07/2012:

**Após análise da pretensão e dos pareceres já referidos, com os quais concorda, a Câmara Municipal deliberou:**

**Deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Execução de todos os arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, na sua redação atual, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia**

**Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do RJUE, na sua redação atual, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 2057/12– PC N.º 209/12 – E.I.B.-EMPRESA IND.DE BORRACHA, S.A.**

**27 -** Presente pedido de licenciamento referente ao licenciamento de um depósito de armazenamento de produtos derivados de petróleo, da classe B2, a levar a efeito num prédio, localizado na Rua de Portugal, nº 3, Zona Industrial da Marinha Grande, Freguesia da Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 20/12/2012, que atesta estar o processo instruído em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro e Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, no que diz respeito às características das instalações em causa, encontrando-se apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico já referido, que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Assegurar o cumprimento das condições de segurança da instalação dos reservatórios, de acordo com a Portaria n.º 460/2001, de 8 de Maio;**
- 2. Assegurar os arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra, bem como a instalação de todo o equipamento de segurança ao reservatório, nomeadamente extintores, sinalização, válvulas e outros equipamentos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**6 - REQ. N.º 2056/12 – PC N.º 345/2012 – E.I.B.-EMPRESA IND.DE BORRACHA, S.A.**

**28** - Presente pedido de licenciamento referente à renovação da licença de exploração de três depósitos de armazenamento de produtos derivados de petróleo, da classe B2, a levar a efeito num prédio, localizado na Rua de Portugal, nº 3, Zona Industrial da Marinha Grande, Freguesia da Marinha Grande.

Presente informação técnica dos serviços, datada de 18/12/2012, que atesta estar o processo instruído em conformidade com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Novembro e Portaria n.º 1188/2003, de 10 de Outubro, no que diz respeito às características das instalações em causa, encontrando-se apto a merecer aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico já referido, que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Assegurar o cumprimento das condições de Segurança da Instalação dos Reservatórios, de acordo com a Portaria n.º 460/2001, de 8 de Maio;**
- 2. Assegurar os arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra, bem como a instalação de todo o equipamento de segurança ao**

**reservatório, nomeadamente extintores, sinalização, válvulas e outros equipamentos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**7 - REQ. N.º 84/13 – PC N.º 22/13 – LUSITANIAGAS COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A..**

**29** - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por Lusitaniagás - Companhia de Gás do Centro, S.A., para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso, e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua dos Eucaliptos, n.º 19, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 15/01/2013, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 4,00 metros de betuminoso, e 2,00 metros de calçada, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua dos Eucaliptos, n.º 19, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- 2. Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- 3. Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**8 - REQ. N.º 83/13 – PC N.º 21/13 – EDP – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, S.A..**

**30** - Presente pedido de ocupação da via pública, apresentado por EDP – Distribuição de Energia, S.A., para abertura de vala numa extensão de 12,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande,  
Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 18/12/2012, sobre o assunto.

**Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 12,00m, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Sociedade Instrutiva e Recreativa 1.º de Dezembro, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

- 1. Os pavimentos deverão ser repostos nas mesmas condições em que se encontravam antes da execução da obra.**
- 2. Para o efeito, deverão contactar os serviços da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- 3. Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificações Urbanas e demais legislação aplicável.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**9 - REQUERIMENTO DE OLINDA VAREDA DE JESUS PEDROSO MARTINS - PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM VÂRZEA - REGIME DAS AUGI – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL**

Assunto a ser discutido na continuação da reunião, no próximo dia 28/01/2013.

**10 - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.**

Assunto a ser discutido na continuação da reunião, no próximo dia 28/01/2013.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

**11 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS EM ACIDENTE DE VIAÇÃO  
– REQUERENTE: CÉLIA MARGARIDA DOMINGUES CASEIRO - RUA DA ESCOLA DA  
AMIEIRINHA – RESPONSABILIDADE CIVIL – APRECIACÃO E DEFERIMENTO.**

Assunto retirado da ordem do dia.

**12 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA  
DE FREGUESIA DA MOITA**

Assunto retirado da ordem do dia.

**13 - PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO COM A JUNTA  
DE FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA**

Assunto retirado da ordem do dia.

**14 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DO LOTE N.º 47 DA ZONA INDUSTRIAL DA  
MARINHA GRANDE**

**31** - Considerando que o Lote 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, se encontra inscrito a favor deste Município, na sequência da resolução do anterior contrato de compra e venda, conforme resulta da nota informativa da descrição na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 9468/19950727 e da caderneta predial urbana correspondente ao artigo 11855, que se anexa.

Considerando que as opções do plano, aprovadas pela Assembleia Municipal, contêm previsão expressa relativa à alienação do presente lote da Zona Industrial, de acordo com informação da Divisão Financeira, que se anexa.

Considerando que, nas referidas opções do plano, foi determinada uma base mínima de 200.000,00 euros.

Considerando que a promoção do desenvolvimento económico do concelho e a criação de emprego constituem uma prioridade municipal inequívoca.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover a alienação de bens imóveis “de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório

da função pública”, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alienar, em hasta pública, o Lote nº 47, da Zona Industrial da Marinha Grande, descrito sob o n.º 9468/19950727 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 11855, nos seguintes termos:**

- 1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, em dois jornais diários de circulação a nível nacional, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de afixação de editais nos lugares de estilo.**
- 2. O valor base de licitação é de 200.000,00 € (duzentos mil euros).**
- 3. As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o lote a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.**
- 4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.**
- 5. As propostas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação.**
- 6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública.**
- 7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado.**
- 8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.**
- 9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.**
- 10. O valor do lanço mínimo é fixado em 500,00 euros.**



11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.
12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.
13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.
14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.
18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.
19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.
20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.
21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lance de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

**A alienação fica sujeita às seguintes condições:**

**1ª** O terreno destina-se à construção de instalações industriais do comprador, de acordo com o previsto no Plano de Pormenor da Zona Industrial da Marinha Grande.

**2ª** O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de seis meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.

**3ª** O comprador deve assegurar o exercício da atividade licenciada para o lote, salvo qualquer circunstância excecional aceite por deliberação da Câmara Municipal.

**4ª** A alienação do lote e das benfeitorias nele existentes depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

**5ª** Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.

**A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:**

**Presidente – Vereador Paulo Vicente**

**Vogal – Miguel Crespo**

**Vogal – Inês Marrazes**

**Suplentes – Susana Silva**

**Licitador – Carlos Duarte**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **15 - HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE CINCO PRÉDIOS, SITOS NA RUA DA FOZ, EM VIEIRA DE LEIRIA**

**32 -** Considerando que os prédios descritos sob os n.ºs 4861 a 4865, sitos na freguesia de Vieira de Leiria, na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande, se encontram inscritos a favor deste Município.

Considerando que as opções do plano, aprovadas pela Assembleia Municipal, contêm previsão expressa relativa à alienação dos prédios referidos, de acordo com informação da Divisão Financeira, que se anexa.

Considerando que, nas referidas opções do plano, foram determinadas as seguintes bases mínimas de licitação:

N.º de inventário 15186: 65.000,00 euros.

N.º de inventário 15187: 50.000,00 euros.

N.º de inventário 15188: 50.000,00 euros.

N.º de inventário 15189: 50.000,00 euros.

N.º de inventário 15190: 50.000,00 euros.

Considerando que deve ser assegurada a execução do orçamento da receita, de modo a satisfazer as necessidades públicas a cargo do Município.

Considerando que compete à Câmara Municipal promover a alienação de bens imóveis “de valor até 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública”, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Considerando que é obrigatório promover a alienação de bens imóveis através de hasta pública.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 64.º, n.º 1, alínea f), da Lei nº 169/99 de 18/09, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, alienar, em hasta pública, os seguintes prédios:**

- 1) descrito sob o n.º 4861/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4678;**
- 2) descrito sob o n.º 4862/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4679;**
- 3) descrito sob o n.º 4863/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4680;**
- 4) descrito sob o n.º 4864/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4681;**
- 5) descrito sob o n.º 4865/19980821 na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4682;**

**A Câmara Municipal delibera fixar os seguintes termos de realização da hasta pública:**

**1. A hasta pública deve ser publicitada, com a antecedência mínima de quinze dias contínuos, em dois jornais diários de circulação a nível nacional, num jornal local, no sítio de internet do Município e através de afixação de editais nos lugares de estilo.**

**2. Os valores bases de licitação são as seguintes:**

**a) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4678: 65.000,00 euros.**

**b) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4679: 50.000,00 euros.**

c) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4680: 50.000,00 euros.

d) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4681: 50.000,00 euros.

e) Prédio inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 4682: 50.000,00 euros.

3. As propostas escritas podem ser apresentadas em sobrescrito fechado, identificando-se no exterior do mesmo o nome e o lote a alienar, que, por sua vez, é encerrado num segundo sobrescrito dirigido ao presidente da Comissão, devem ser endereçados ao Município da Marinha Grande, Praça Guilherme Stephens, 2430-522 Marinha Grande.

4. As propostas podem ser entregues pessoalmente ou enviadas por correio, sob registo, devendo ser elaborada lista das propostas apresentadas ordenada de acordo com a respetiva apresentação.

5. As propostas escritas a apresentar devem indicar um valor para arrematação do imóvel superior à base de licitação.

6. A apresentação das propostas referidas no n.º anterior deve ocorrer até às 17:00 horas do dia útil imediatamente anterior à data da realização da hasta pública, mas não constitui condição prévia para a licitação na praça.

7. A praça realiza-se pelas 10:00 horas, no Salão Nobre do Município da Marinha Grande, sito na Praça Guilherme Stephens, no dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação de propostas em sobrescrito fechado, em sessão contínua e pela ordem indicada no n.º 2.

8. A praça inicia-se com a abertura das propostas recebidas, se existirem, havendo lugar a licitação, a partir do valor da proposta mais elevada, ou, se não existir qualquer proposta, a partir do valor base de licitação.

9. Podem intervir na praça os interessados ou seus representantes, devidamente identificados, e, no caso de pessoas coletivas, habilitados com poderes bastantes para arrematar, independentemente da apresentação de proposta em sobrescrito fechado.

10. O valor do lance mínimo, na fase de licitação na praça, é fixado em 250,00 euros.

11. A licitação termina quando o presidente da comissão tiver anunciado por três vezes o lance mais elevado e este não for coberto.

12. Se não tiver havido apresentação de propostas válidas, nem licitação, o imóvel pode ser adjudicado provisoriamente a quem, no ato da praça, fizer a melhor oferta de preço não inferior à base de licitação anunciada.

13. Terminados os procedimentos enumerados, o lote é adjudicado provisoriamente pela comissão, a quem tiver oferecido o preço mais elevado, que deverá de imediato proceder ao pagamento de 20% do valor de adjudicação a título de sinal e declarar se a aquisição do imóvel é para pessoa a designar no prazo de dez dias úteis.

14. No final da praça, será elaborado o respetivo auto de arrematação que deve ser assinado pelos membros da comissão e pelo adjudicatário provisório.
15. O adjudicatário provisório deve apresentar os documentos comprovativos de que se encontra em situação regularizada perante o Estado em sede de contribuições e impostos, bem como relativamente à sua situação contributiva para com a segurança social, no prazo de dez dias úteis a contar da data da adjudicação provisória. A não apresentação dos documentos, por motivo imputável ao adjudicatário provisório, implica a não adjudicação definitiva.
16. A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete à Câmara Municipal, devendo dela ser notificado o adjudicatário, por carta registada com aviso de receção, no prazo de 30 dias úteis a contar da adjudicação provisória.
17. Pode não haver lugar à adjudicação provisória ou definitiva quando haja fundado indícios de conluio entre os proponentes ou qualquer outra causa justificativa.
18. O pagamento da parte restante do preço (80%), deve ser efetuado na data da outorga da escritura pública de compra e venda, a realizar no prazo de sessenta dias úteis a contar da data da adjudicação definitiva, salvo motivo de força maior. Esgotado este prazo, a arrematação ficará sem efeito perdendo o adjudicatário o valor do sinal pago.
19. Todas as despesas decorrentes da alienação são de conta do adjudicatário.
20. O não cumprimento pelo adjudicatário dos procedimentos ou obrigações antes enunciadas implica a perda de quaisquer direitos eventualmente adquiridos sobre o imóvel, bem como das importâncias já entregues.
21. A prestação de falsas declarações ou a falsificação de documentos apresentados implica a exclusão da hasta pública, bem como a anulação da adjudicação, no caso de o imóvel lhe ter sido adjudicado, perdendo as quantias já entregues, sem prejuízo de participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
22. Verificando-se a situação prevista nos n.ºs 20 ou 21, ou quando por outra causa não haja lugar à competente adjudicação definitiva, o imóvel pode ser adjudicado ao interessado que apresentou a proposta ou o lança de que resultou o valor de arrematação imediatamente inferior, desde que superior à base de licitação.

A alienação fica sujeita às seguintes condições:

- 1ª O comprador compromete-se a apresentar o projeto das obras a realizar, em conformidade com as normas legais e regulamentares em vigor, no prazo de dezoito meses a contar da data de celebração da escritura pública de compra e venda.
- 2ª A alienação ou a oneração do lote de terreno no estado em que se encontra no momento da venda depende de autorização expressa da Câmara Municipal.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

**3º Caso se verifique incumprimento de qualquer das condições indicadas, o lote reverte para a propriedade do Município, considerando-se resolvido o contrato e não havendo lugar ao pagamento de qualquer indemnização.**

**A comissão que dirige a hasta pública tem a seguinte composição:**

**Presidente – Vereador Paulo Vicente**

**Vogal – Miguel Crespo**

**Vogal – Inês Marrazes**

**Suplentes – Susana Silva**

**Licitador – Carlos Duarte**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**16 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.**

Assunto a ser discutido na continuação da reunião, no próximo dia 28/01/2013.

**17 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL. MANDATO DISCRIMINADO.**

Assunto a ser discutido na continuação da reunião, no próximo dia 28/01/2013.

**18 - ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE TODOS OS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.**

**33 - Considerando que se aproximam as comemorações do carnaval;**

Considerando que estes festejos contribuem para a dinamização do concelho da Marinha Grande;

Considerando que o comércio local atravessa uma crise sem precedentes que torna necessário o fomento das vendas;

Considerando que importa criar oportunidades de incremento da economia do concelho e defender os interesses de todos aqueles que, de alguma forma, contribuem para o desenvolvimento da Marinha Grande;

Considerando que o alargamento dos horários dos estabelecimentos comerciais possibilitará, no atual quadro de incerteza e dificuldades económico-financeiras, o aumento do número de vendas;

**A Câmara Municipal delibera autorizar, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 2º do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais do Concelho da Marinha Grande, o alargamento do horário de funcionamento de todos os estabelecimentos comerciais - independentemente do ramo de atividade até às 6 horas dos dias 10 e 12 de fevereiro de 2013.**

**Mais delibera isentá-los do pagamento das taxas devidas por esse alargamento, sob pena de eventuais lucros advenientes dessa medida serem absorvidos pelo pagamento desses tributos e dar conhecimento do teor da presente deliberação às forças de segurança competentes – GNR de S. Pedro de Moel e de Vieira de Leiria e PSP da Marinha Grande.**

**A presente autorização fica condicionada aos pareceres dos sindicatos e associação de consumidores - DECO, previstos no nº1 do artigo e regulamento citado, já solicitados e que se aguardam.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **19 - EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

**34 -** O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor dos respetivos autos de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito da empreitada de “Requalificação do mercado de Vieira de Leiria – Concurso Público n.º 03/2005 DEEM”, em 90% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

#### **20 - EXTINÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO.**

**35 -** O Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, veio estabelecer um regime excecional e temporário de liberação das cauções prestadas para garantia da execução dos contratos de empreitada de obras públicas, com vista a diminuir os custos e os sacrifícios acrescidos para as estruturas financeiras das empresas.

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e do n.º 5 do artigo 3.º, do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de agosto, a extinção parcial das cauções prestadas no âmbito de um contrato de empreitada de obras públicas depende da realização de vistoria, da qual se lavra auto que deve declarar, se for o caso, que não existem defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro.

**Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto e tendo em conta o teor dos respetivos autos de vistoria, delibera autorizar a liberação parcial da caução prestada no âmbito das empreitadas de “Execução de infraestruturas eléctricas e de AVAC no Centro Empresarial da Marinha Grande – Concurso Público n.º 11/2007 DEEM” e “Construção do Centro Empresarial da Marinha Grande - 2ª fase – Concurso Público n.º 01/2006 DEEM”, em 60% do seu valor.**

**A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.**

#### **21 - RECEÇÃO PROVISÓRIA**

**36 -** Presente Auto de Recepção Provisória da obra “Abertura de arruamento paralelo à Estrada dos Guilhermes e duas intersecções giratórias – Concurso Público n.º 04/2010 DIRM”, adjudicada por deliberação de Câmara, de vinte e oito de outubro de dois mil e dez, ao consórcio “Lenaprédio, Lda/Oliveiras, S.A.”.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber provisoriamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 394º. do Código dos Contratos Públicos.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente encerrou a reunião pelas 12:40 horas do dia 24/01/2013, sendo a mesma retomada na próxima 2.ª feira, dia 28/01/2013, pelas 14:30 horas, para análise e votação dos pontos da ordem do dia que transitaram para a continuação da reunião.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi retomada no dia vinte e oito de janeiro de dois mil e treze, pelas 14:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

De seguida passou-se à apreciação e votação dos seguintes assuntos, constantes da ordem do dia:

**9 - REQUERIMENTO DE OLINDA VAREDA DE JESUS PEDROSO MARTINS - PEDIDO DE PARECER SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO REGIME DE COMPROPRIEDADE SOBRE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM VÂRZEA - REGIME DAS AUGI – EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL**

**37** - Presentes requerimentos recebidos nesta Câmara Municipal em 31-01-2012 e em 26-12-2012, de Olinda Vareda de Jesus Pedroso Martins, viúva, pensionista, titular do NIF 131475479, portadora do Bilhete de Identidade n.º 0616599, emitido em 26-09-1979, residente na Rua Miguel Torga, n.º 10, Várzea, freguesia e concelho de Marinha Grande, na qualidade de herdeira e cabeça de casal da herança de seu marido, Manuel Jorge de Oliveira Martins, na qual se inclui o prédio rústico sito no lugar de Várzea, da mesma freguesia e concelho, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 9154, com a área de 0.110000 ha, e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o número 18451, pretendendo transmitir o prédio em duas partes iguais e indivisas, a solicitar a emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade sobre o mesmo.

Presente informação n.º 1/29/2013-FO, de 10-01-2013, na qual se apreciam os factos expostos pela requerente e os documentos que instruíram o pedido, e se conclui pela inexistência de obstáculos jurídicos ao deferimento do pedido de emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rústico supra identificado.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes do citado parecer n.º 1/29/2013 – FO, que aqui se dá por integralmente reproduzido e que fica anexo (Anexo 1) à presente acta, delibera emitir parecer favorável à constituição do regime de compropriedade sobre o referido prédio, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 54.º n.ºs. 1 e 2, do Regime das AUGI-Áreas Urbanas de Génese Ilegal, aprovado pela Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, alterada pelas Leis nºs. 165/99, de 14 de Setembro, 64/2003, de 23 de Agosto e 10/2008, de 20 de Fevereiro, sujeito às seguintes condições:**

- a) Que o documento que titula o negócio jurídico da transmissão - que motiva o pedido de constituição da compropriedade - a realizar a favor de Carlos Guerra de Oliveira Martins e de Catarina Guerra de Oliveira Martins, identificados no último requerimento, refira expressamente que as partes ficam indivisas.**
- b) Que o parecer não pode ser invocado, a qualquer título, para justificar ou documentar qualquer outro negócio jurídico, designadamente de divisão de coisa comum, que tenha por resultado o fracionamento do prédio em desrespeito pelo regime jurídico dos loteamentos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - RISCO DE QUEDA DE ELEMENTOS CONSTRUTIVOS – INSTALAÇÕES DA EX-DÂMASO – RUA DOS VIDREIROS, N.º 28 E RUA PIRES DE CAMPOS – VIEIRA DE LEIRIA - SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – VISTORIA URGENTE – AUTO DE VISTORIA - TRABALHOS DE CORREÇÃO DE DEFICIÊNCIAS E MÁS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA.**

**38** - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 15-11-2012, foi determinada a realização de vistoria urgente às condições de segurança e estabilidade das edificações da ex-Dâmaso, sitas na Rua dos Vidreiros, n.º 28 e também confinantes com a Rua Pires de Campos, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cuja gestão, manutenção e conservação se encontra a cargo do Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, tendo em vista determinar os riscos para a segurança de pessoas e bens, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, fixando, se for caso disso, a respetiva ordem de prioridades.

Na sequência da realização da vistoria em 05-12-2012, foi-nos presente o Auto de Vistoria respetivo, datado de 18-12-2012, que aqui se dá para todos os efeitos legais como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata, do qual se transcrevem as respetivas conclusões:

“

· Proposta de intervenção

Considerando os problemas detetados e o subsequente diagnóstico, propõe-se uma intervenção que contemple os seguintes trabalhos:

1. Remoção das telhas partidas existentes sobre o telhado de modo a evitar a queda para a via pública.
2. Remoção de todas as telhas e acondicionamento, que deve ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver estas atividades e encaminhados para destino final adequado, devidamente licenciado e autorizado a receber este tipo de resíduos, obedecendo a regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de Junho e Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de Junho.
- 3 – Abertura de saídas para encaminhamento de águas residuais pluviais para o exterior do edifício.

· Estimativa

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 6.000,00 € (seis mil euros).

· Prazos

Considera-se que devido às intempéries é urgente proceder às ações objeto da proposta de intervenção, sendo que o prazo estipulado é de quinze dias.”

**A Câmara Municipal apreciou o referido auto de vistoria e tendo em vista eliminar os riscos para a segurança de pessoas e bens, decorrentes do eventual colapso das coberturas e do muro de vedação junto à via pública delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs. 2 e 3 do art.º 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar a realização no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da respetiva notificação, dos trabalhos abaixo identificados, sem prejuízo do cumprimento das disposições legais aplicáveis previstas no RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e demais legislação aplicável, notificando para o efeito o Administrador da Insolvência, Dr. José António de Carvalho Cecílio, com domicílio profissional na Rua Barreto Perdigoão, n.º 1 – 1.º esquerdo, 2410-087 Leiria:**

- 1. Remoção das telhas partidas existentes sobre o telhado de modo a evitar a queda para a via pública.**
- 2. Remoção de todas as telhas e respetivo acondicionamento, que deve ser executada apenas por empresas devidamente licenciadas e autorizadas a desenvolver estas atividades, com encaminhamento para destino final adequado, devidamente licenciado e autorizado a receber este tipo de resíduos, respeitando todas as regras de segurança, designadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de junho e Decreto-Lei n.º 73/2011 de 17 de junho.**
- 3. Abertura de saídas para encaminhamento de águas residuais pluviais para o exterior do edifício.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **16 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO.**

**39 -** Tendo em conta que o edifício da antiga fábrica da resinagem dispõe de um espaço destinado ao funcionamento de um estabelecimento de restauração e bebidas;

Tendo em conta que esta Câmara Municipal não dispõe de conhecimentos, nem de aptidão para assumir a gestão direta desse estabelecimento;

Tendo em conta que é possível, através de um procedimento concorrencial, obter propostas de exploração no mercado, mediante condições que salvaguardem a prossecução do interesse público.

Tendo em conta que importa iniciar o procedimento de concurso público de modo a que aquando da conclusão da empreitada estejam já reunidas as condições para o início da exploração do estabelecimento de restauração e bebidas.

Presente Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.

**Assim, a Câmara Municipal, nos termos conjugados dos artigos 16.º, nº. 1, alínea b), 21.º, nº. 1, alínea b), 38.º, 40.º, nº. 2, 67.º, nº. 1 e 130.º do Código dos Contratos Públicos, e do artigo 64.º, nº. 1, alínea q), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:**

- a) Tomar a decisão de contratar;**
- b) Escolher o procedimento de concurso público;**
- c) Aprovar as peças do procedimento (programa de procedimento e caderno de encargos), que passam a integrar o processo administrativo;**
- d) Publicitar o procedimento no Diário da República;**
- e) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Sandra Paiva, Miguel Crespo e Inês Marrazes (efetivos) e Pedro Jerónimo e Susana Silva (suplentes).**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**17 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA ASSEMBLEIA GERAL. MANDATO DISCRIMINADO.**

**40** - Na sequência da aprovação do regime jurídico da atividade empresarial local, pela Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto, os órgãos estatutários da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande são a assembleia geral e o conselho de administração.

Nos termos do artigo 9.º dos estatutos da empresa, cabe à Câmara Municipal designar o seu representante na assembleia geral, conferindo-lhe simultaneamente mandato discriminado quanto ao conteúdo das deliberações a adotar e ao respetivo sentido de voto.

Na primeira sessão da assembleia geral, com caráter extraordinário, tendo em conta que a alteração estatutária determinou o termo do mandato dos membros da administração, cabe proceder à eleição dos membros do órgão de administração e da mesa da assembleia geral, em conformidade com o artigo 26.º, n.º 1, da Lei n.º 50/2012 e com o artigo 10.º, n.º 1, dos estatutos da empresa.

Nestes termos, a Câmara Municipal deve designar o seu representante na assembleia geral e emitir mandato discriminado quanto ao teor das decisões a tomar.

**Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 26.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do artigo 9.º, n.º 1, dos estatutos da empresa, designar seu representante na assembleia geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande, o Presidente desta Câmara Municipal, Álvaro Manuel Marques Pereira.**

**A Câmara Municipal delibera ainda, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, dos estatutos da empresa, emitir o seguinte mandato a executar pelo seu representante:**

- 1) A Mesa da Assembleia Geral da empresa municipal Transportes Urbanos da Marinha Grande deve ser constituída por Gabriel Paulo Ramos de Sousa Roldão, que preside, e por Paula Alexandra dos Santos Ferreira, que secretaria.**
- 2) O Conselho de Administração deve ser constituído por Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa, na qualidade de Presidente, e por Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de administrador.**
- 3) A designação do Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de administrador não remunerado, não está sujeita às regras previstas no Estatuto do Gestor Público, de acordo com o artigo 30.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012.**
- 4) A designação como membro do Conselho de Administração de Rui António Laborinho Teodósio Pedrosa está sujeita ao Estatuto do Gestor Público, fundamentando-se no Curriculum Vitae, que se dá por integralmente reproduzido, pelo qual se atesta a idoneidade, a capacidade e experiência de gestão e o sentido de interesse público, assim como no exercício efetivo das funções para que é designado demonstrativo do preenchimento dos mencionados requisitos.**
- 5) O mandato dos membros dos órgãos estatutários cessa nos termos do artigo 8.º, dos estatutos, ou seja, aquando da cessação do mandato dos titulares dos órgãos municipais.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor, 1 voto contra e 3 abstenções, após votação por escrutínio secreto, nos termos do art.º 90.º, n.º 3,**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Sr. Vereador Paulo Vicente esteve ausente por se encontrar impedido, nos termos do art.º 44.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é parte interessada no procedimento.

## **22 - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DA REABILITAÇÃO DA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE**

Presente Relatório de acompanhamento arqueológico da Reabilitação da Fábrica da Resinagem na Marinha Grande, elaborado pela empresa Omniknos – Arqueologia, Valorização do Património e da Cultura, Lda.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

## **23 - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS NA EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA" - CONCURSO PÚBLICO N.º06/2010-DEEM".**

41 - Presente informação n.º 51RD/2012 da Área das Finanças e carta do adjudicatário da obra em epígrafe, HABITÂMEGA, S.A., a solicitar a substituição da importância retida para reforço de caução relativa aos autos de medição n.º 1 a 17, 19 a 26 e 28 a 33 e da retenção de 10% da revisão de preços referente aos autos de medição n.º 1 a 4 da obra mencionada, na importância de 29.720,43€, enviando para sua substituição a Garantia Bancária n.º N/NR 10733 de 17 de outubro de 2012 do BANIF - BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL, S.A., no valor de 90.650,00 euros.

A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos aprovado em anexo ao Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto -Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto -Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, Lei n.º 64 -B/2011, de 30 de dezembro e pelo decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho de 2012, aceitar a referida Garantia Bancária e restituir a importância de 29.720,43 €, retidos através das guias n.º 809/1 de 23-12-2011, 838/1 de 23-12-2011, 839/1 de 23-12-2011, 840/1 de 23-12-2011, 841/1 de 23-12-2011, 936/1 de 30-12-2011, 66/1 de 31-01-2012, 72/1 de 20-03-2012, 128/1 de 12-04-2012,

178/1 de 12-04-2012, 269/1 de 28-05-2012, 291/1 de 14-06-2012, 438/1 de 03-07-2012, 267/1 de 31-07-2012, 268/1 de 31-07-2012, 290/1 de 31-07-2012, 584/1 de 31-07-2012, 585/1 de 31-07-2012, 665/1 de 31-08-2012, 666/1 de 04-09-2012, 737/1 de 26-09-2012, 738/1 de 26-09-2012, 739/1 de 26-09-2012, 851/1 de 30-10-2012, 852/1 de 30-10-2012, 855/1 de 30-10-2012, 885/1 de 08-11-2012, 886/1 de 08-11-2012, 887/1 de 08-11-2012, 1083/1 de 31/12/2012, 1084/1 de 31/12/2012 e 1120/1 de 31/12/2012, ao adjudicatário HABITÂMEGA, S.A..

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**24 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 26.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012 – RELAÇÃO DOS SERVIÇOS ADJUDICADOS NO PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO DE 2012.**

**42 -** Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 10-05-2012, para efeitos do cumprimento do disposto no n.º 4, do artigo 26.º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, foi deliberado emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de prestação de serviços desde que se verificassem cumulativamente as seguintes condições:

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2, do art.º 33.º-A, da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 26.º, da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

Considerando que foi deliberado que a lista dos contratos celebrados deveria ser apresentada em reunião camarária para efeitos da sua apreciação e tomada de conhecimento.

Atento o exposto, remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados no período de Outubro a Dezembro de 2012 que foram objeto de parecer prévio genérico em reunião camarária de 10-05-2012.

**A Câmara Municipal delibera tomar conhecimento da relação dos serviços adjudicados atenta deliberação camarária de 10-05-2012, pela qual se concedeu parecer prévio genérico à celebração de contratos de prestação de serviços cujo procedimento de contratação pública adotado foi o ajuste direto simplificado preceituado no n.º 1, do art. 128.º, do Código dos Contratos Públicos.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

25 - PARECER PRÉVIO GENÉRICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATENTO O PRECEITUADO NO ART.º 75.º DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2013.

43 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º do referido diploma, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12—A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de Setembro, 55-A/2010, de 31 de Dezembro, 64-B/2011, de 30 de Dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das Finanças, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria do referido membro do Governo.

O n.º 10 do referido art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, estabelece que nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 5 do mesmo artigo, bem como da alínea b) do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterada pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Assim, atento o disposto na Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços, estão sujeitos a parecer prévio vinculativo do órgão executivo.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria n.º 16/2013 a 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

No caso das autarquias locais, verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, atento o disposto no n.º 10 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelo que, para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 4 do artigo 75º do mesmo diploma.

Considerando que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, carece de parecer prévio da Câmara Municipal, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que o Município da Marinha Grande tem que garantir que são criadas as ferramentas destinadas a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública, o que não se obterá sem que, entre outras medidas, à semelhança do que ocorreu para a Administração Central com a Portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro, se estabeleça uma autorização genérica para efeitos de parecer prévio vinculativo.

A autorização genérica deverá refletir a realidade municipal, nomeadamente no que respeita ao universo de contratação necessária para assegurar o normal funcionamento dos serviços, bem como o cumprimento do disposto nos documentos previsionais de 2013, aprovados pela Assembleia Municipal da Marinha Grande.

**Face ao exposto a câmara municipal delibera:**

**1 - Para efeitos do disposto no n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, emitir parecer prévio genérico favorável à celebração de contratos de aquisição de serviços, desde que se verifique cumulativamente:**

- tratar-se de execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa, sendo que a obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial só será passível de aplicação com a publicação da Portaria a que alude o n.º 2 do art.º 33.º-A da Lei n.º 53/2006 de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro;
- a existência de cabimento orçamental;
- a adjudicação ocorra nos termos do disposto no artigo 128º do Código dos Contratos Públicos, Regime Simplificado, ou seja, para todas as aquisições de serviços cujo preço contratual não seja superior a 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA);
- o cumprimento da aplicação da redução remuneratória, atento o disposto no n.º 1, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, sempre que aplicável;
- não seja ultrapassado o montante anual de 5.000,00 euros por ano (valor sem IVA) a contratar com a mesma contraparte.

**2 – que até ao término do mês seguinte aquele a que respeitam, deverá ser elaborada a lista dos contratos celebrados ao abrigo do disposto no n.º anterior, com expressa referência ao objecto do contrato, adjudicatário e valor de adjudicação, tendo em vista a sua apresentação na reunião de Câmara Municipal que estiver agendada a seguir ao término do prazo supra referido.**

**3 – que o regime previsto na presente deliberação aplica-se a todos os contratos de prestação de serviços que, por via de celebração ou renovação, produzam efeitos a partir do dia 18 de Janeiro de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**26 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.**

**44** - Presente informação n.º 57 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 17 de janeiro do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Rua da Charnequinha e Rua Adriano Marques Nobre.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**Rua da Charnequinha**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
44	Carla Sofia Paulo de Jesus	1.º Dto	31/01/2007	47,17€	56,93€

**Rua Adriano Marques Nobre**

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Alzira Inho Rei	64	27/01/2010	27,25€	42,84€

Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de fevereiro de 2013.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**27 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE FEVEREIRO DO CORRENTE ANO.**

**45** - Presente informação n.º 2 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (DCD), datada de 02 de janeiro do corrente ano, referente à atualização do valor das rendas de habitação social da Bairro do Camarnal (velho), Praceta da Liberdade e Rua Júlio Braga Barros.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração de rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social, constantes nos seguintes quadros:**

**1 – Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
3	Nídia Maria Cruz Marques	1.º Esq.º	Fev.2009	4,85€	4,85 €

**2 – Rua Júlio Braga Barros**

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
4	Anabela Oliveira Santos	2.º A	Jan. 2010	49,90€	49,90€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

### 3 – Bairro do Camarnal

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/12	RENDA/13
Albertina Maria Sousa Soares	19	28/01/2005	118,20€	98,49€

**Mais delibera que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor, a partir do dia 1 de fevereiro de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

Para aprovar os pontos 28, 29, 30 e 31 da ordem do dia torna-se necessário que a Câmara tome primeiro a deliberação que se segue.

Assim, e com a concordância de todos os membros do executivo, a mesma será incluída na ordem do dia e votada antes dos referidos pontos.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

**AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS - AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E ART.º 6º DO DECRETO – LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO**

**46** - Considerando a necessidade de se proceder à aprovação de plano de trabalhos da empreitada de “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande” – Concurso Público 5/2010.

Considerando a necessidade de se proceder à reprogramação do contrato de financiamento celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro para financiamento da empreitada referida no parágrafo anterior.

Considerando a necessidade de se proceder à ratificação e aprovação de suspensão dos trabalhos da “Requalificação do Património Stephens – Fase 2 – Jardim Central” – Concurso Público 01/12.

Considerando que a alínea f) do art.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, adiante designada por LCPA, preceitua que «Fundos disponíveis» são as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, outros montantes autorizados nos termos do art.º 4.º do mesmo diploma legal.

Considerando que o art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, LCPA, determina que, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pela Câmara Municipal.

Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o art.º 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso.

Considerando que para a aprovação dos planos de trabalho das obras relativas à “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande” e à “Requalificação do Património Stephens – Fase 2 – Jardim Central” terão de ser registados compromissos cujo momento de liquidação ultrapassa o trimestre de referência para o cálculo dos fundos disponíveis.

**A Câmara Municipal delibera autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis no montante de 479.498 euros, por antecipação da receita proveniente do Orçamento de Estado de 2013, atento o preceituado no Mapa XIX, a transferir para a autarquia no mês de Abril de 2013, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, para efeitos de aprovação dos planos de trabalhos e compromisso das empreitadas “Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande” e “Requalificação do Património Stephens – Fase 2 – Jardim Central”.**

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**28 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2 - JARDIM CENTRAL”**  
**- CP 01/12 - DOEM - RATIFICAÇÃO E APROVAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS**  
**TRABALHOS**

**47** - Presente informação da DISU, com a ref.<sup>a</sup> SS.02.2013, propondo a ratificação da suspensão dos trabalhos da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 32 dias, compreendido entre o dia 21 de agosto de 2012 e o dia 21 de setembro de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 297º, alínea a) e 365º, alínea b), do CCP, designadamente por se verificar da necessidade de introduzir alterações ao projeto inicial, e a aprovação da suspensão dos trabalhos por um período de 21 dias, devido às condições climáticas adversas que se têm registado.

Considerando que o Caderno de Encargos possibilita a modificação em qualquer momento do plano de trabalhos em vigor, por razões de interesse público, apontadas aquando da aprovação das alterações introduzidas ao projeto, por deliberação camarária de 4 de outubro de 2012.

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 365º, alínea b), do CCP, a suspensão dos trabalhos por iniciativa do dono da obra pode ter lugar no caso de se verificar da necessidade de introduzir alterações ao projeto.

Considerando que o plano de trabalhos anexo não compromete o contrato de financiamento celebrado entre o Município da Marinha Grande e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro para a operação de “*Requalificação do Património Stephens - 2.ª Fase*” dado que este apresenta um período de execução entre 02-01-2012 a 31-12-2013.

Considerando que ao longo do decurso dos trabalhos se depararam com condições climáticas adversas, necessidade de introdução de ajustamentos ao projeto decorrentes de factos não imputáveis ao dono da obra e algumas dificuldades iniciais de resposta por parte da entidade executante, mas que se considerou serem recuperáveis em face das expectativas reais de execução, em função da avaliação conjunta efetuada.

Considerando que, durante o ano de 2012, foram garantidos os pressupostos existentes à data da adjudicação e que qualquer desvio potencial estava já coberto por dotação existente no ano seguinte, na sequência de revisão orçamental, aprovada em 13 de julho de 2012.

Considerando que a assunção de compromissos plurianuais que decorrem de reprogramações de contratos de obras públicas é apenas uma confirmação, por não ser possível impedir a continuidade da execução de um contrato válido, e que aquela já foi



concedida aquando da aprovação dos instrumentos de gestão previsional para 2013, pela Assembleia Municipal, 28-12-2012.

Considerando que as Grandes Opções do Plano já contêm previsão expressa do prolongamento da execução do contrato em 2013, circunstância que consubstancia uma efetiva autorização à continuação da execução da obra.

**Assim sendo, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª SS.02.2013, que fica anexa (Anexo 2) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera:**

- a) **ratificar a suspensão da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, por um período de 32 dias, compreendido entre o dia 21 de agosto de 2012 e o dia 21 de setembro de 2012, ao abrigo do disposto nos artigos 297º, alínea a) e 365º, alínea b), do CCP, designadamente por se verificar da necessidade de introduzir alterações ao projeto inicial;**
- b) **aprovar as suspensões, interpoladas, dos trabalhos da mesma empreitada que até ao dia 24 de janeiro de 2013, perfazem o total de 21 dias, verificadas durante o mês de dezembro de 2012 e janeiro de 2013, devido às condições climatéricas adversas que impossibilitam a prossecução desejável dos trabalhos integrados em caminhos críticos do plano de trabalhos;**
- c) **aprovar o plano de trabalhos modificado e o plano de pagamentos reajustado, na medida em que os mesmos se conformam com os factos ora apontados, fixando-se a data de conclusão da obra no dia 12 de abril de 2013 .**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**29 - “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - FASE 2 - JARDIM CENTRAL”**  
**- CP 01/12 - DOEM - SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO**

**48** - Presente informação da DISU, com a ref.ª AR-01.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 27.770,06 € (vinte e sete mil, setecentos e setenta euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no artigo 379º, n.º 1, do CCP, e de trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto, a preços contratuais, no valor de 5.024,10€ (cinco mil e vinte e quatro euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º1 e 378º,

n.º 1, do CCP, relativos às alterações introduzidas ao projeto; de trabalhos de suprimento de omissões do projeto, a preços acordados, no valor de 11.340,66 € (onze mil, trezentos e quarenta euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º 1 e 378º, n.º 1, do CCP, respeitantes à remodelação da rede de abastecimento de água, e, trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto, a preços acordados, no valor de 2.612,89 € (dois mil, seiscentos e doze euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º 1 e 378º, n.º 1, do CCP, correspondentes à poda das árvores.

Considerando que os trabalhos referenciados - alterações introduzidas ao projeto, remodelação da rede de abastecimento de água e poda das árvores-, não podem ser considerados resultantes de “circunstâncias imprevistas”, devido ao facto de os mesmos decorrerem de “deficiências ou não previsão em projeto” e de “incompatibilidades entre os projetos de arquitetura e os de especialidades”.

Considerando que a deteção desses trabalhos não era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do disposto no artigo 61º, n.º 1 do Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo em conta os elementos escritos e desenhados da solução da obra incluídos no procedimento, consubstanciando assim trabalhos de suprimento de erros e de omissões do projeto, da responsabilidade do dono da obra, ao abrigo do disposto no artigo 378º, n.º 1, do mesmo diploma legal.

Para efeitos de conformação com o limite legal estabelecido no artigo 376º, n.º 3, do CCP, os trabalhos em apreço traduzem-se na realização de trabalhos de suprimento que ascendem a 9,06% do preço contratual.

**Assim sendo, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª AR.01.2013, que fica anexa (Anexo 3) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – FASE 2, JARDIM CENTRAL”, adjudicada à firma “HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA”, aprovar:**

- a) **trabalhos a menos no valor de 27.770,06 € (vinte e sete mil, setecentos e setenta euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nos termos do disposto no artigo 379º, n.º 1, do CCP, resultantes das alterações introduzidas ao projeto;**
- b) **trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto, a preços contratuais, no valor de 5.024,10€ (cinco mil e vinte e quatro euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º 1 e 378º, n.º 1, do CCP, relativos às alterações introduzidas ao projeto;**
- c) **trabalhos de suprimento de omissões do projeto, a preços acordados, no valor de 11.340,66 € (onze mil, trezentos e quarenta euros e sessenta e**

- seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º1 e 378º, n.º 1, do CCP, respeitantes à remodelação da rede de abastecimento de água;
- d) trabalhos de suprimento de erros e omissões do projeto, a preços acordados, no valor de 2.612,89 € (dois mil, seiscentos e doze euros e oitenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º1 e 378º, n.º 1, do CCP, correspondentes à poda das árvores;
  - e) a fixação de um prazo de 30 dias para a execução de todos os trabalhos de suprimentos aprovados, nos termos do disposto no artigo 377º, n.º1, do CCP;
  - f) a não prorrogação do prazo de execução da empreitada, na medida em que este se revela suficiente para a realização dos trabalhos de suprimento e não prejudica o plano de trabalhos aprovado.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**30 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE” – CP N.º 05/2010 – TRABALHOS A MAIS E TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES DO PROJETO.**

**49** - Presente informação da DISU, com a ref.ª LF/01.2013, na qual se propõe a aprovação de:

- a) trabalhos a mais, a preços contratuais, no valor de 39.634,35€ (trinta e nove mil, seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 370º, n.º1 do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativos a quantidades de betão a aplicar em obra;
- b) trabalhos de suprimento de erros e de omissões do projeto, a preços acordados, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º1, e 378º, n.º 1, do CCP, no valor de:
  - i. 2.880,00€ (dois mil, oitocentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitantes à estrutura de acesso à cave;
  - ii. 3.890,18€ (três mil, oitocentos e noventa euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondentes à execução de uma grelha de ventilação no compartimento do Chiller e à execução de um gradil metálico de proteção;
  - iii. 1.859,81€ (mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e oitenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à alteração das características dos vidros dos vãos, localizados no auditório e “back-office”;

- iv. 27.584,59€ (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitantes a trabalhos de rede de drenagem subterrânea;
- v. 4.159,10€ (quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos ao sistema de exaustão de fumos e gases de combustão a instalar nos espaços 7 e 8;
- vi. 1.374,62 € (mil, trezentos e setenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que respeitam à compartimentação do armário técnico, no edifício novo (cubo).

Considerando que os trabalhos referenciados na alínea a) decorrem de “circunstâncias imprevistas”, que não são técnica ou economicamente separáveis do contrato e são estritamente necessários à conclusão da obra.

Considerando que os trabalhos referenciados na alínea b) não podem ser considerados resultantes de “circunstâncias imprevistas”, devido ao facto de os mesmos decorrerem de “deficiências ou não previsão em projeto” e de “incompatibilidades entre os projetos de arquitetura e os de especialidades”.

**Assim sendo, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª LF/01.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito da empreitada designada por “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma “LENA CONSTRUÇÕES, SA”, aprovar:**

- 1. **Trabalhos a mais, apreços contratuais, no valor de 39.634,35€ (trinta e nove mil, seiscentos e trinta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto nos artigos 370º, n.º1 do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativos a quantidades de betão a aplicar em obra, na medida em que se destinam à realização da mesma empreitada, não são técnica ou economicamente separáveis do contrato e são estritamente necessários à conclusão da obra;**
- 2. **Trabalhos de suprimento de erros e omissões, ao abrigo do disposto nos artigos 376º, n.º1, e 378º, n.º 1, do CCP, no valor de:**
  - I. **2.880,00€ (dois mil, oitocentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitantes à ampliação da saída de ventilação da cave;**
  - II. **3.890,18€ (três mil, oitocentos e noventa euros e dezoito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondentes à execução de uma grelha de ventilação no compartimento do Chiller e à execução de um gradil metálico de proteção;**

- III. 1.859,81€ (mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e oitenta e um cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos à alteração das características dos vidros dos vãos, localizados no auditório e “back-office”;
  - IV. 27.584,59€ (vinte e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, respeitantes a trabalhos de rede de drenagem subterrânea;
  - V. 4.159,10€ (quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, relativos ao sistema de exaustão de fumos e gases de combustão a instalar nos espaços 7 e 8;
  - VI. 1.374,62 € (mil, trezentos e setenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que respeitem à compartimentação do armário técnico, no edifício novo (cubo);
  - VII. perfazendo o total de 41.748,30 € (quarenta e um mil, setecentos e quarenta e oito euros e trinta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor,
3. A atribuição da responsabilidade dos encargos relativos aos trabalhos de suprimento identificados no ponto 2. II) ao empreiteiro, correspondente a metade do preço indicado, ou seja, 1.945,09 € (mil, novecentos e quarenta e cinco euros e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o artigo 378º, n.º 3, do CCP;
4. A fixação de um prazo de 60 dias para a execução de todos os trabalhos de suprimento aprovados, nos termos do artigo 377º, n.º 1, do CCP;
5. A prorrogação do prazo de execução da empreitada, por mais 21 dias.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

**31 - “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM” - CP  
05/2010 - DOEM — APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS**

**50** - Presente informação da DISU, com a ref.ª SS.03.2013, propondo a aprovação do plano de trabalhos da empreitada identificada em epígrafe, que reflete as diferentes

condicionantes ocorridas durante a execução da obra, designadamente a suspensão parcial de trabalhos por efeito de más condições climatéricas; por atrasos injustificados na resposta a questões críticas de projeto da responsabilidade dos projetistas, assim como pela necessidade de execução de trabalhos adicionais imprescindíveis à completa e adequada conclusão da obra.

Presente Plano de Trabalhos atualizado, apresentado pelo empreiteiro.

**A Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que se dá por reproduzida, delibera, nos termos do artigo 361.º, do Código dos Contratos Públicos, aprovar o plano de trabalhos atualizado da empreitada de Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem, fixando a data de conclusão da obra no dia 19 de abril de 2013.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor, 3 votos contra dos Srs. Vereadores da CDU e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do previsto no n.º 2 do art.º 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.**

### **32 – RELATÓRIO FINAL DO PROJETO GAM**

**51** - Considerando que a Assembleia Municipal aprovou, em 2 de dezembro de 2010, o modelo de estrutura orgânica dos serviços municipais que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2011;

Considerando que a referida estrutura contemplava uma equipa de projeto com a designação “Gabinete de Atendimento ao Munícipe - GAM”;

Considerando que a duração inicial do projeto era de um ano – até 31 de dezembro de 2011;

Considerando que esta Câmara Municipal sob proposta fundamentada do respetivo Presidente deliberou, em 15 de dezembro de 2011, prorrogar por mais um ano o prazo pelo qual a equipa de projeto tinha sido constituída – até 31 de dezembro de 2012;

Considerando que a equipa foi coordenada pela técnica superior Madalena Oliveira;

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro, a equipa do projeto se considera automaticamente extinta, uma vez decorrido o prazo pelo qual foi constituída;

Considerando que o coordenador do projeto, deve, nos termos do n.º 3 do artigo e diploma citados, elaborar um relatório da atividade desenvolvida e dos resultados alcançados, para submissão à apreciação da Câmara Municipal;

Considerando que, na presente data, a equipa de projeto “GAM” extinguiu-se e que a respetiva coordenadora apresentou o relatório previsto na lei;

**A Câmara Municipal, apreciou o relatório demonstrativo da atividade desenvolvida e dos resultados alcançados ao longo dos dois anos de vigência do referido projeto, e delibera tomar conhecimento do mesmo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e três de janeiro de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “Total de Disponibilidades”: 1.217.016,06 € (um milhão, duzentos e dezassete mil e dezasseis euros e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

52 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

1. REQ. N.º 385/12– PC N.º 284/11 – CARFI – FABRICA DE PLASTICOS, LDA.
2. REQ. N.º 77/13 – PC N.º 243/11 – PAULO JORGE ALVES GASPAR
3. REQ. N.º 62/13– PC N.º 24/12 – ALTURA REAL, LDA.

4. REQ. N.º 2088/12– PC N.º 79/11 – CRISCLINICA – CLINICA MEDICA, LDA.
5. REQ. N.º 1923/12– PC N.º 235/09 – ANA RITA ELOI DA SILVA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 385/12– PC N.º 284/11 – CARFI – FABRICA DE PLASTICOS, LDA.

**53** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de anexo*” e “*Ampliação de unidade industrial*” existente, localizada num prédio urbano sito no Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

- Processo de Camarário n.º 204/2000, em nome de CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, LDA., referente ao licenciamento da obra de “*Construção de unidade industrial*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 431/2001, de 20/06, dispondo de alvará de utilização n.º 90/2002, de 23/04.

Presente título de exploração industrial n.º 442/2012, de 25/05, emitido pela Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego, em nome de CARFI – FÁBRICA DE PLÁSTICOS E MOLDES, SA, para estabelecimento industrial do “Tipo 2”.

Presente parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico referido, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.**
2. **Apresentação, em igual período, dos seguintes elementos:**
  - a) **Planta de implantação à escala de 1/200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento público de acesso – Rua 1.º de Janeiro (cujo alinhamento da faixa de rodagem e passeios serão definidos pelos serviços), indicação das dimensões e área do terreno (inicial e final caso se verifique eventual área de cedência ao domínio público), áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade (clarificação exata dos limites do mesmo face aos limites constantes no**



anterior Processo Camarário n.º 204/2000), a implantação dos edifícios (existentes e projetados), cotados em relação às extremas, indicação dos lugares de estacionamento, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infra estruturas.

- b) Cortes transversais à escala 1:200, na perpendicular ao arruamento de acesso ao prédio, indicando as distâncias do seu limite aos eixos do referido arruamento e linha de caminho-de-ferro adjacentes, em concordância com a planta de implantação referida na alínea anterior.
3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Deverá dar cumprimento às condições anexas ao título de exploração industrial n.º 442/2012, de 25/05, emitido pela Direção Regional da Economia do Centro do Ministério da Economia e do Emprego.
2. A atividade industrial a desenvolver, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, no Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25/03 (Regime do Exercício da Atividade Industrial) e no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01 (Regulamento Geral do Ruído).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

## 2 - REQ. N.º 77/13 – PC N.º 243/11 – PAULO JORGE ALVES GASPAR

**54** - Presente pedido de licenciamento referente à “*Legalização da obra de alteração de moradia unifamiliar*” existente, “*Legalização da obra de construção de anexo*” destinado a atividade industrial do “*Tipo 3*” e atividade comercial, bem como a “*Legalização da obra de construção de telheiros*”, localizados num prédio urbano sito na Travessa da Estremadura, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, dispondo dos seguintes antecedentes:

- Processo Camarário n.º 1314/83, em nome de Sabino Henriques Inácio, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de moradia e demolição de edifício*”, levada a efeito

ao abrigo dos alvarás de licença de construção n.º 116, 604, 623 e 852, todos emitidos em 1984.

- Processo Camarário n.º 1136/88, em nome de Sabino Henriques Inácio, referente ao licenciamento da obra de “*Construção de muro de vedação e demolição de anexo*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 990/1998.

- Processo Camarário n.º 1000/89, em nome de Sabino Henriques Inácio, referente ao licenciamento da obra de “*Ampliação de moradia*”, levada a efeito ao abrigo do alvará de licença de construção n.º 360/1993.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do projeto de arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico referido, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.**
2. **Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
3. **A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
2. A atividade industrial a instalar do Tipo 3, fica limitada ao máximo de 15 trabalhadores, potência elétrica contratada não superior a 40kVA e potência térmica não superior a 8 X 106 kJ/h, não abrangida por nenhum dos regimes jurídicos de avaliação de impacte ambiental, prevenção e controlo de integrados de poluição, prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas ou operações de gestão de resíduos quando estejam em causa resíduos perigosos, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25/03, diploma que estabelece o Regime de Exercício da Atividade Industrial.
3. Nos termos do n.º 4 do art. 18.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10, alterado pelo Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25/03, a referida atividade só poderá ter início, após cumprimento pelo respetivo operador, da obrigação de registo junto da Câmara Municipal – alínea c) do art. 5.º e n.º 2 do art. 40.º do citado diploma,

- o qual só poderá ser efetuado, após a emissão do título de autorização de Utilização, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.
4. A atividade industrial a desenvolver, deverá garantir o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de higiene, ambiente, segurança e saúde no trabalho, não promovendo ações que possam de alguma forma dar lugar a fumos, ruídos, resíduos, cheiros ou criem condições de insalubridade, perturbem as condições de trânsito e estacionamento, nomeadamente com operações de circulação, carga e descarga ou acarretem agravados riscos de incêndio ou explosão, nos termos do disposto no n.º 9 do art. 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, no n.º 4 do art. 40.º do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29/10 (Regime do Exercício da Atividade Industrial) e no Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17/01 (Regulamento Geral do Ruído).
  5. Nos termos do art. 34.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12/11, deverá submeter à apreciação da Autoridade Nacional de Proteção Civil, medidas de autoproteção até 30 dias anteriores à data de entrada em funcionamento da atividade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

### **3 - REQ. N.º 62/13 – PC N.º 24/12 – ALTURA REAL, LDA.**

55 - Presente pedido de licenciamento referente à “*Obra de construção de moradia e muros de vedação*”, incluindo a “*demolição de edificação*” existente, localizada num prédio sito na Rua Mariana Barosa, Lugar de Picassinos, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em Reunião de Câmara Municipal realizada em 15/11/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 21/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio e respetivo remate da faixa de rodagem, na extensão total do prédio confinante com a Rua Mariana Barosa, conforme orientações comunicadas pelo ofício n.º 847/12, de 26/09, cujos materiais deverão ser oportunamente definidos pelos serviços camarários competentes.

2. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
5. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N.º 2088/12 – PC N.º 79/11 – CRISCLINICA – CLINICA MEDICA, LDA.**

**56** - Presente pedido de licenciamento referente à “*Legalização de uma clínica médica*” existente, instalada no piso 1 de um edifício sito na Rua Augusto Oliveira Guerra, Lugar de Ordem, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 18/10/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual.

Presente informação técnica dos serviços de 21/01/2013 que atesta estarem os projetos das especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os referidos pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Cumprimento das exigências expressas no parecer da Autoridade de Saúde, transcritas no ofício nº 909/12, notificado ao requerente em 19/10/2012;**
2. **Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:**

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12 na sua redação atual – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
3. **Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**
4. **Nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 234/07, de 19/06, após emissão da autorização de utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à DGAE, declaração prévia prevista no n.º 1 do art. 11.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 573/07, de 17/07;**
5. **A “afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”, ficam sujeitas a licenciamento, nos termos do Artº 1º do Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande;**

- 6. Deverá ser dado cumprimento ao preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N.º 1923/12– PC N.º 235/09 – ANA RITA ELOI DA SILVA**

**57** - Presente pedido de licenciamento referente à obra de construção de moradia unifamiliar e muros de vedação, a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico localizado na Rua Nova do Moinho de Cima, lugar de Albergaria, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o alvará de licença de construção nº 115/10 emitido em 05/10/2010, cujo prazo findou em 04/07/2012.

Presentes projectos de alterações aos projectos de arquitectura e das redes de águas e esgotos, decorrentes das alterações a introduzir em obra, dispondo de informações técnicas dos serviços, datadas de 26/11/2012 e 23/01/2013, respetivamente, que atestam estarem aptos a merecerem aprovação.

**Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferir, com o seguinte condicionalismo:**

- 1. Execução de todos os trabalhos necessários ao bom acabamento da obra.**

**Mais deliberou informar o requerente do seguinte aspecto:**

- 1. Nos termos do n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respectivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

~~~~~

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
24 e 28/01/2013.

Mandato de 2009/2013  
Ata nº 2

### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

58 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17:15 horas do dia 28 de janeiro de 2013.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião